

# Monitor Campista

Dom, 30/11/2008 - Ano 175 - Nº 324

---

## CIDADES

### O perigo que segue o curso dos rios e mares

**Constantes desastres ambientais vêm afetando a biodiversidade e especialistas alertam: as autoridades precisam despertar para o problema antes que seja tarde demais**

César Ferreira/ divulgação



À DERIVA - A paisagem em Atafona era de tristeza e prejuízos; no barco, a inscrição "guia minha sorte" mais parece uma súplica dos pescadores, um dos prejudicados pela poluição

Liliane Barreto

Os constantes acidentes ambientais que têm atingido o Rio Paraíba do Sul, nos últimos anos, vêm deixando conseqüências graves que vêm influenciando na diminuição da biodiversidade. Espécies de peixes, crustáceos, animais silvestres e mamíferos que vivem às margens do rio estão desaparecendo aos poucos, assim como a vegetação.

Especialistas no assunto alertam para que autoridades despertem para o problema e tomem providências imediatas para que estas espécies sejam recuperadas. Para o professor Titular de Biogeoquímica e Ecologia Aplicada da Universidade Estadual do Norte Fluminense (Uenf), Carlos Rezende, a situação é preocupante, principalmente, pela falta de ações preventivas.

Ele conta que, há cinco anos, fez uma série de recomendações para que o quadro fosse revertido, como a criação de um Grupo Técnico devidamente regulamentado por uma Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente, mas nada foi feito. O que se vê é apenas uma repetição de acidentes que prejudica o Meio Ambiente e o homem, que fica com o abastecimento de água comprometido e os que vivem da pesca sofrem com a perda da principal fonte de renda. Enquanto isso, empresas poluidoras continuam se instalando às margens do Paraíba e causando destruição das espécies por onde passa.

Segundo Carlos Rezende, órgãos públicos das esferas federal, estadual e municipal deveriam se interessar mais pela situação ambiental do Rio Paraíba. "Com isto, reforço a necessidade de termos planos contínuos e não apenas discussão quando ocorrem acidentes que, aliás, têm intensificado suas freqüências. Os municípios e estados, que fazem parte da Bacia de Drenagem deste importante rio, há muito tempo, deveriam estar trabalhando em conjunto",

afirma o doutor em Ciências, acrescentando que as autoridades não poderiam, jamais, ficar assistindo de forma desorganizada todos os acidentes que têm ocorrido ao longo das últimas décadas.

Assim como ele, o professor da Universidade Federal Fluminense (UFF), ambientalista e membro da diretoria do Centro Norte para Conservação da Natureza (CNCN), Aristides Arthur Soffiati, lembra que, da seqüência de acidentes, o primeiro aconteceu em 1982, quando houve vazamento da Companhia Paraibuna de Metais. Quatro anos depois, houve o derrame de uma elevada carga de Óleo Ascarel e, em 1989, um caminhão tanque carregado de metanol caiu no rio, em Barra do Piraí.

Em 2002 e 2007, algas proliferaram no rio, comprometendo o abastecimento de água no município. Em 2003, o rompimento de um reservatório da Indústria Cataguazes de Papel, em Cataguazes, na Zona da Mata de Minas Gerais, causou o vazamento de mais de 20 milhões de litros de soda cáustica. Outro rompimento, desta vez de uma barragem de rejeito de bauxita e a lama originária do minério atinge, em 2006, o rio e o vazamento dura três dias. O rompimento da barragem arrastou 400 mil metros cúbicos de lama, provenientes do tratamento de bauxita. No ano passado, pelo menos, 2.000.000 metros cúbicos de lama misturada com bauxita e sulfato de alumínio vazaram novamente da mesma indústria.

## SOLUÇÕES

Contrariando as críticas de que a universidade fica “encastelada” nos seus muros e não auxilia na solução dos graves problemas sociais que existem no país, a equipe do professor Carlos Rezende apresentou, em 2003, soluções para a recuperação do rio. Entre elas, estavam o mapeamento imediato das potenciais fontes poluidoras existentes ao longo dos recursos hídricos regionais para o estabelecimento de um mapa de risco e a criação de programas de monitoramento de médio e longo prazo para avaliar os efeitos crônicos do acidente ambiental. Os programas considerariam as condições futuras destes importantes mananciais hídricos, especialmente, no tocante à qualidade da água, dos sedimentos e dos organismos presentes, visando à tomada de ações para a recomposição da flora e fauna regional.

Na época, ele já dizia que o acidente era uma oportunidade para, através do Comitê de Bacia do Rio Paraíba do Sul (Ceivap), órgãos governamentais e sociedade civil organizada promovessem ações conjuntas pelo fortalecimento dos mecanismos institucionais estabelecidos, visando à formulação de políticas públicas de caráter pró-ativo que previnam a repetição deste tipo de evento catastrófico. “Esta seria a forma mais eficiente da sociedade obter uma efetiva transparência no processo de gerenciamento ambiental e aplicação dos recursos oriundos das multas para as futuras ações em escalas local, regional e nacional”.

A equipe também já alertava para que a catástrofe ecológica de 2003 fosse usada para estabelecer um marco no tratamento dos recursos hídricos como um recurso não-renovável, conforme estabelecido pelo Plano Nacional de Recursos Hídricos, Agência Nacional de Águas (ANA), Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, entre outras Leis e Resoluções vinculadas ao Manejo e Conservação do Meio Ambiente. “Pessoalmente, reconheço que existem alguns descompassos entre a geração do conhecimento e a sua transformação em ações e planos que auxiliem os tomadores de decisão nos âmbitos públicos e privados, mas enfatizo que devemos encontrar uma área de convergência que facilite a interação entre o saber científico e a sua aplicação pelo conjunto da sociedade”, diz Rezende.

Para ele, é urgente a realização de um programa de estudos de valoração ambiental especialmente em razão de sua importância para a Região Sudeste. “A urgência deste tipo de valoração aumenta exponencialmente após cada acidente”. Segundo ele, a principal razão da importância de um programa de estudo nesta linha é que a sociedade e, principalmente, os diferentes níveis de governo, possam ter elementos concretos para avaliar danos causados por empresas ou qualquer outra fonte de poluição de forma que possa existir uma atitude pró-ativa para evitar problemas e perda de bem-estar por parte da sociedade. “Adicionalmente, em casos como os ocorridos com as diferentes indústrias que causaram acidentes ambientais, poderíamos utilizar estes valores como referência para indenizações e compensações de outros potenciais poluidores”.

Ele acredita que outra razão importante para se criar um programa de valoração é que as pessoas que se beneficiam do Rio Paraíba do Sul também podem ter outra forma de valor que não somente a de uso. “Por exemplo, valores de uso associados ao Rio Paraíba do Sul são

atividades recreacionais, transporte, água como insumo industrial e comercial, produção pesqueira fluvial e marinha e água para a agricultura”, informa Carlos Rezende, que trabalha com Ecologia Aplicada e Biogeoquímica, área de conhecimento das ciências responsável pela integração dos processos biológicos, químicos e geológicos.

— Nos valores que poderiam ser classificados como não uso encontram-se os aspectos contemplativos, estéticos e os serviços ambientais tais como reciclagem da água, manutenção e preservação dos habitats para os ciclos biológicos. Por outro lado, penso que para se elaborar qualquer política pública é necessário saber qual o valor (uso e não-uso) que as pessoas atribuem a este recurso natural e ambiental. Para se chegar a tal valor, é possível utilizar técnicas de valoração como a avaliação de contingência e análise conjunta — explica o especialista no assunto.

A equipe do professor Rezende tem afirmado que a adoção de políticas que busquem assegurar que a sustentabilidade do ecossistema do Rio Paraíba do Sul é tão urgente quanto àquelas relacionadas às questões de segurança pública, de saúde e do sistema financeiro.

### **Acidente da semana passada aconteceu em uma época complicada: o período da chamada “Piracema”, o que compromete ainda mais o futuro das espécies**

Desde que ocorreu o vazamento no último dia 18, quando cerca de oito mil litros do pesticida Endosulfan vazaram de uma indústria em Resende, toneladas de peixes já morreram e as populações das cidades atingidas tiveram o abastecimento de água suspenso.

A maior preocupação dos pescadores é que este acidente aconteceu durante a Piracema, período de defeso, portanto, as espécies que morreram estavam prontas para reproduzir, comprometendo ainda mais o futuro da atividade e a proliferação das espécies.

De acordo com Soffiati, acidentes como estes vêm comprometendo espécies como a piabanha; a lagosta, em São Fidélis; a lontra e o cágado de hogey. Em 2003, o rompimento de um reservatório da Indústria Cataguazes de Papel causou o vazamento de mais de 20 milhões de litros de soda cáustica.

Soffiati lembra que toda cadeia produtiva acaba sendo prejudicada porque os peixes mortos servem de alimento para aves, como o urubu, de grande importância para o Meio Ambiente, e outros animais que vivem à margem do rio e utilizam a água dele para beber. “Um grande problema também será no Manguezal de Atafona. Considerado uma espécie de filtro, o habitat dos caranguejos também serve de alimentos para muitos microorganismos”, destaca o ambientalista, ressaltando que o manguezal também é fonte de economia para muitas famílias.

O biólogo e professor do mestrado em Engenharia Ambiental do Cefet/Campos, Ricardo Pacheco Terra, e o multimídia Wellington Peninha, estiveram na última sexta-feira, no mangue, junto à Barra de Gargaú e ficaram impressionados com os estragos provocados pela mancha tóxica que agrediu o rio.

Inicialmente, eles acreditam que lá os estragos foram maiores do que na foz do rio, em Atafona. Na chamada Ponta da Criminosa, na parte do mangue e no litoral de Sossego, eles viram peixes diferentes dos conhecidos na região como Pintado e outros, além de tartaruga e capivara mortos.

Para o presidente da Associação de Pescadores do Parque Prazeres, Valdeni Alves, os prejuízos deste acidente são incalculáveis e nem os R\$ 33 milhões que a Comissão Estadual de Controle Ambiental (Ceca) determinou de multa para a empresa serão suficientes para recuperar o ecossistema. “Acho que vai levar 30 anos e não vai conseguir repor o Paraíba na produção que está”, lamenta o pescador. Já o presidente da Associação de Pescadores Artesanais do Rio Paraíba do Sul, Jorge Carvalho Cruz complementa: “Ganhamos na Justiça nas três instâncias e, até hoje, não recebemos nem um tostão da Cataguazes”.

A chefe do escritório regional do Ibama, Rosa Maria Castelo Branco, ressaltou que, se a empresa tivesse avisado logo que o vazamento aconteceu, o impacto poderia ter sido bem menor. “Empresas grandes, como a Petrobras, possuem redes de contenção que evitam que um acidente como este tenha proporções maiores”, lembra a bióloga, que atendeu na semana passada representantes da atividade pesqueira que procuraram o órgão em busca de uma

resposta para o problema.

O professor Carlos Rezende explica que, tanto o acidente de Cataguazes quanto o de Resende, são muito graves e que o grande índice de desinformação acaba gerando um nível alto de incerteza. O professor diz que, no de Cataguazes, foi preciso dias para saber adequadamente a composição do efluente lançado nas águas do rio. “A princípio isto seria inadmissível, pois existe um cadastro nacional de efluente que deveria conter todas as informações. Neste, a informação inicial foi que vazaram 1,5 mil litros e, rapidamente, evoluiu para 8 mil litros. A esta altura me pergunto se este é realmente o volume que foi lançado, pois o que vemos é uma reação de toxidez muito forte devido a elevada mortalidade de peixes”, lamenta Rezende.

Para ele, para que empresas que provocam prejuízos à natureza tenham responsabilidade socioambiental, seria preciso que os cidadãos nunca mais adquirissem qualquer produto produzido por elas. Isto já foi realizado em outros países e as empresas tiveram que se adequar à nova ordem e entendimento da sociedade. “A passagem deste composto alterou a rotina de vários municípios e isto corresponde a um contingente populacional de centenas de milhares de habitantes, comprometendo a qualidade da água desse importante sistema hídrico e conseqüentemente, a fauna e flora aquática fluvial e estuarina”, diz.

Carlos Rezende esclarece que os dois últimos acidentes no rio representam situações distintas em volume e característica de efluentes, mas isto não isenta de responsabilidade nenhuma das duas empresas, assim como as autoridades responsáveis pela fiscalização ambiental e o próprio Ministério Público. “No primeiro caso, houve total extinção do oxigênio dissolvido devido à elevada carga de matéria orgânica dissolvida, elevada alcalinidade (pH) e condutividade elétrica, com outros elementos associados. Neste segundo acidente, não observamos mudanças na físico-química das águas fluviais, mas constatamos que existe uma resposta similar na mortalidade de peixes, pois o composto Endosulfan possui uma toxidez muito elevada em baixas concentrações”.

O professor Aristides Soffiati lembra que, em 1982, o Governo Federal lançou um Plano de Recuperação do Rio Paraíba do Sul, através de um decreto. “Era um dos melhores, mas nada foi feito. Desta época para cá, foram cerca de seis planos, mas não saíram do papel”, disse o ecologista. Ele afirma que é preciso recuperar o rio, com urgência e, para que isso seja feito, é necessária uma série de ações, como evitar que empresas que apresentem riscos se instalem nas margens do rio; promover reflorestamento; planejar a ocupação do solo e a construção de estradas, além de evitar a construção de represas que acabam interferindo na vazão das águas.

Carlos Rezende também ressalta que o Projeto Piabanha tem atuado diretamente na questão de repovoamento dos rios, durante uma década, e neste sentido seria importante que iniciativas como esta tivessem mais apoio dos setores públicos e privados. “Infelizmente no nosso país estas iniciativas estão mais associadas a esforços de poucas pessoas e com pouco reconhecimento da sociedade”, disse o professor da Uenf.

Na semana passada, a secretária estadual de Meio Ambiente, Marilene Ramos, anunciou medidas de impacto para o Rio Paraíba do Sul, que sofre com a contaminação de cerca de oito mil litros de Endosulfan, produto tóxico que vazou semana passada em um dos seus afluentes, o Rio Pirapetinga, em Resende. O acidente provocou mortalidade de toneladas de peixes, que estavam no período de reprodução, e alguns municípios ribeirinhos suspenderam temporariamente a captação de água do Paraíba.

Entre as ações, estão elaborar um plano emergencial para casos de acidentes ambientais; estabelecer um período de defeso e fazer a reposição das espécies que habitam o rio. Marilene Ramos reuniu-se na última quarta-feira, em Brasília, com o presidente do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Roberto Messias Franco, e com o presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), José Machado. Juntos, traçaram estratégias de ação de recuperação do Paraíba do Sul. A medida também tem por finalidade ajudar a população dos municípios afetados pelo vazamento do produto tóxico.

Ficou acertado que, num primeiro momento, as ações irão beneficiar o setor pesqueiro que constitui a base de sobrevivência de parte das populações ribeirinhas do Paraíba. “Toda a pesca do Paraíba do Sul está comprometida. Por isso, temos que decretar período de defeso, o

que será feito tão logo terminemos um relatório técnico solicitado pelo Ibama. As comunidades de pescadores terão de ser assistidas neste período”, explicou a secretária, acrescentando que também haverá repovoamento de peixes.

---

**monitorcampista.com.br**

domingo, 30 de novembro de 2008 - 12h36